

Gastos públicos em educação

25 JAN 1990

Carlos Ivan Simonsen Leal
e Sérgio Ribeiro Werlang

JORNAL DE BRASÍLIA

O papel do governo nas economias modernas é o de prover serviços em setores da economia nos quais o setor privado por si só não possa assegurar a eficiência econômica. O setor educacional é um destes, e cabe perguntar se o Estado brasileiro tem cumprido seu papel. Há duas dimensões de avaliação da atuação do governo: a equidade e a eficiência econômica.

Um governo age com equidade se seus gastos contribuem para a melhoria da distribuição de renda do país. Neste aspecto, o Governo brasileiro deixa muito a desejar. Com efeito, em 1980 havia sete milhões de crianças entre 7 e 14 anos de idade que não haviam completado um ano de estudo, ou seja, eram praticamente analfabetas. Ao mesmo tempo, havia 500 mil estudantes na rede pública de ensino superior. Ocorre que cada estudante no nível superior custa, por ano, cerca de 30 vezes o que custa um aluno no primário. Assim, se o Governo diminuísse os seus gastos com ensino superior à metade (ou se cobrasse metade do seu custo aos alunos de nível superior), poderia beneficiar sete milhões de crianças em detrimento de 250 mil estudantes de nível superior. Vê-se, então, que o Governo brasileiro, no que tange à educação, age de maneira oposta ao desejado: privilegia poucos em detrimento de muitos.

A eficiência econômica é o segundo critério que se pode utilizar para determinar se um país gasta seus recursos como deve. Com o objetivo de verificar o que ocorre no Brasil deste ponto de vista, estimamos os retornos pessoais do investimento em educação, isto é, de quanto aumenta o salário de uma pessoa por um ano a mais de estudo. É claro que este aumento deve diferir de acordo com o nível inicial da escolaridade do indivíduo. Consideramos cinco categorias distintas de nível educacional: analfabeto (com menos de um ano completo de estudo), primário 1 (1ª e 4ª séries do primário), primário 2 (o antigo ginásio, 5ª a 8ª séries do primário), secundário (o antigo científico) e superior (nível universitário). Na tabela, encontram-se resumidos os resultados, em percenta-

Nível de Escolaridade

1976/81

1982/86

Primário 1/Analfabeto.....	14,24	15,73
Primário 2/Primário 1.....	9,51	11,64
Secundário/Primário 2.....	11,87	16,36
Superior/Secundário.....	10,16	14,82

gem por ano adicional de estudo.

A tabela permite ainda concluir diversos fatos. Em primeiro lugar, em períodos mais recentes, o investimento em educação apresenta retornos muito elevados, da ordem de 15% de aumento de renda por um ano a mais de estudo. Em segundo lugar, o antigo ginásio (primário 2) mostra-se como o período de escolaridade de menor retorno, indicando a inadequação de seu currículo generalista às necessidades do mercado de trabalho. Em terceiro lugar, o curso superior apresenta elevados retornos, mas é sempre suplantado pelo primário 1 e secundário.

Este fato é de grande importância, pois indica que o nível superior não deve ser privilegiado com investimentos em detrimento do ensino primário e secundário. Em quarto lugar, observa-se um aumento nos retornos ao longo do período em questão. Isto é um fato grave, uma vez que quer dizer que grupos da sociedade que são mais educados passaram a concentrar em suas mãos mais renda na década de 80, o que piora a distribuição da renda nacional. Na verdade, esta elevação dos retornos resultou de um conjunto de dois grandes erros cometidos pelo setor público na área educacional.

Primeiro, com o aumento desmesurado dos gastos do Governo em salários, pouco sobrou para gastar em educação nesta década. Segundo, esta redução da participação estatal no ensino poderia ter sido compensada pela maior participação do setor privado. Isto ocorreu em parte, principalmente nos cursos do primário. Mas, a excessiva regulamentação por parte dos conselhos estaduais e Federal de Educação impediu a formação de muitos cursos superiores e secundá-

rios. Assim, a iniciativa privada pôde compensar muito pouco a falta de investimento público, o que causou um aumento do retorno mais pronunciado justamente nestes níveis educacionais. Com base nestas análises, é possível dizer que o Governo não tem gasto seus recursos em educação de maneira eficiente.

Em resumo: o Estado brasileiro tem sido não só concentrador de renda como também ineficiente em sua política educacional recente. Tendo em vista o que se discutiu acima, os seguintes pontos são de fundamental importância para o próximo governo: 1) os gastos públicos em educação são altamente rentáveis e podem contribuir fundamentalmente para a melhoria da distribuição da renda; 2) o Governo deve diminuir seu gasto no ensino superior e aumentar os gastos no primário e no secundário. Uma maneira disto ser feito é através da implantação do ensino superior pago, beneficiando com bolsas os alunos de famílias mais pobres; 3) o currículo do antigo curso ginásial deve ser revisto, para adequá-lo mais às exigências do mercado de trabalho; 4) os conselhos estaduais e Federal de Educação devem ter seus poderes, de impedir a formação de novos cursos privados, diminuídos, ou mesmo eliminados. A verdadeira função destes conselhos é a verificação dos níveis dos cursos públicos.

Sem a implantação das medidas descritas aqui, será impossível que o Brasil cresça e se torne um país com menos desigualdades.

□ Carlos Ivan Simonsen Leal e Sérgio Ribeiro Werlang são professores da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, e PHD em Economia pela Universidade de Princeton.